

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVII

FLORIANÓPOLIS, 27 DE ABRIL DE 2018

NÚMERO 7.268

MESA

Aldo Schneider
PRESIDENTE

Silvio Dreveck
1º VICE-PRESIDENTE

Mário Marcondes
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lima
3ª SECRETÁRIA

Maurício Eskudlark
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Valdir Cobalchini
Vice-Líder: Mauricio Eskudlark

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Milton Hobus

**BLOCO PARLAMENTAR
PP, PR, PSB, PODEMOS**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Leonel Pavan

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Cesar Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Ricardo Guidi
Darci de Matos
Dirceu Dresch
João Amin
Marcos Vieira
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Antônio Aguiar
Cesar Valduga
Moacir Sopelsa
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
José Milton Scheffer – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Leonel Pavan
Carlos Chiodini
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Cesar Valduga – Vice-Presidente
Dirceu Dresch
Ada Faraco de Luca
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Valmir Comin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Guidi - Presidente
Serafim Venzon – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Ada Faraco de Luca
Gelson Merisio
Valmir Comin
Leonel Pavan

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti
Carlos Chiodini
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patricio Destro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
Moacir Sopelsa – Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Pe. Pedro Baldissera
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Carlos Chiodini
Jean Kuhlmann
Valmir Comin
Leonel Pavan
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Ada Faraco de Luca
Neodi Saretta
João Amin
Leonel Pavan
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Mauro de Nadal - Presidente
Narcizo Parisotto – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gelson Merisio
Ismael dos Santos
Valmir Comin
Cleiton Salvaro
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Fernando Coruja - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Cesar Valduga
Ada Faraco de Luca
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Carlos Chiodini
Dirceu Dresch
Patricio Destro
Dr. Vicente Caropreso
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Fernando Coruja
Serafim Venzon
Antônio Aguiar
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Pe. Pedro Baldissera – Vice-Presidente
Darci de Matos
Fernando Coruja
Luiz Fernando Vampiro
Valmir Comin
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
José Milton Scheffer
Serafim Venzon
Antonio Aguiar
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Dr. Vicente Caropreso
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Ada Faraco de Luca
Neodi Saretta
José Milton Scheffer
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Luciane Carminatti – Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Romildo Titon
Darci de Matos
Natalino Lázare

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVII NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 036ª Sessão Ordinária realizada em 25/04/2018 2 Ata da 037ª Sessão Ordinária realizada em 26/04/2018 6</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.. 7 Extratos..... 7 Lei..... 9 Ofício 10 Portarias..... 10</p>
--	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2018 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Paula Lima - Carlos Chiodini - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck

Kennedy Nunes

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador) - Faz referência a assuntos, já trazidos à tribuna, pontuando-os de extrema importância à continuidade para a resolução de problemas no estado catarinense.

Inicia aludindo a questão da eletrificação rural, posto que há uma deficiência de energia elétrica no interior, principalmente nas áreas produtivas para o desenvolvimento do agronegócio. Reporta-se ao ano de 2017, quando a Assembleia aprovou um financiamento para a Celesc em torno de R\$ 1,300 bilhões, e enfatiza que, na oportunidade, apresentou uma emenda destinando 20% de tal valor para a eletrificação rural com mais potência. Entretanto, sem êxito, uma vez que a Celesc alegou haver um plano de trabalho junto ao banco financiador, especificado naquele projeto de lei. Acrescenta, ainda, que naquele ano, manteve contatos com o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, Assembleia do Rio Grande do Sul e Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, para buscar recursos financeiros para a concretização da obra, e solicita

ao governador do estado empenho para suprir a urgente necessidade dos produtores rurais.

Na mesma esteira, reporta-se ao impedimento anunciado pela União Europeia à importação de carne brasileira, e defende uma ação concentrada do Parlamento, dos governos estadual e federal intermediando tal bloqueio para a retomada e crescimento do agronegócio.

Agradece ao governo do estado, em nome dos produtores de Santa Catarina, pela nova redação do Decreto n. 780, isentando impostos aos produtores de suínos no comércio. Entretanto, informa que alguns produtores foram autuados, e solicita ao governo enviar ao Legislativo um projeto de lei para que tais autuações sejam revistas.

Registra a audiência realizada, em data anterior, com o coronel Araújo, da Polícia Militar, relatando preocupações de segurança da região, e manifesta a excelente receptividade por parte do comandante da referida instituição.

Finaliza, respondendo ao deputado Kennedy Nunes que o projeto de lei de sua autoria indicava destinar 20% para transformar

as atuais redes em trifásicas. Entretanto, afirma que para a eletrificação rural não tem conhecimento.

Deputado Kennedy Nunes (Aparteante) - Solicita ao deputado responder aos telespectadores se houve o financiamento da Celesc. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Orador) - Como presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa, comenta sobre os desafios das mulheres no esporte, e registra conquistas importantes que muitas vezes passam despercebidas, prestando homenagem a três equipes vencedoras e enaltecendo o seu trabalho.

Lamenta que também no esporte haja diferenciação entre homens e mulheres quanto à valorização do profissional. Observa que o futebol ainda é um espaço predominantemente masculino, constatando que raramente há transmissão nacional de jogos femininos em horário nobre; o investimento na equipe feminina é menos que a metade da seleção masculina; os salários são absurdamente inferiores; e as diárias, quando viajam para fora do país, são incrivelmente diversas, chegando a R\$ 1.600,00 para os homens e R\$ 200,00 para as mulheres. Fala também que a seleção feminina tem dificuldade em conseguir patrocínio por desinteresse das marcas em investir na modalidade.

Refere-se à Marta, a maior artilheira da história das copas do mundo, que levou cinco vezes consecutivas o prêmio de Melhor Jogadora do Mundo, recorde que nenhum jogador bateu, e ainda assim tem salário menor que muitos atletas do futebol masculino. Afirma também que as mulheres sofrem preconceito e assédio nos estádios, e mesmo sem espaço na mídia e sem incentivo financeiro elas são as grandes campeãs no esporte e na vida.

Argumenta que lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive no futebol, e neste sentido cita três equipes catarinenses que se destacaram: o Brasil, pela sétima vez, é campeão da Copa América de Futebol Feminino; as meninas da Escola Estadual Lourdes Lago, de Chapecó, que venceram o Campeonato Mundial de Futsal Escolar Feminino; e a terceira equipe merecedora de homenagem é o Futsal feminino de Anita Garibaldi, Projeto Renascer Através do Esporte, que tem por objetivo a inclusão social. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Faz menção a Rodovia Jorge Lacerda, que liga Criciúma a BR-101 e a outros municípios, relatando que a mesma está em situação precária há mais de três anos, possui extensão de 10 quilômetros. Cita que está com muitos buracos, remendos e com falta total de sinalização. Demonstra preocupação com o descaso do poder público, devido aos perigos que os motoristas que trafegam pela região passam, ocorrem muitos acidentes, alguns fatais. Registra que já foram realizadas várias

ações pela comunidade em buscar a revitalização da via, mas até agora só houve promessas. Cita que nas proximidades da localidade de Capão Bonito, as saliências do asfalto se transformam em trilhos pontiagudos, o que requer atenção redobrada dos condutores de todos os veículos. Apresenta vídeo para ilustrar suas considerações.

Finaliza mencionando que a responsabilidade pela manutenção é do governo estadual, não importa se a rodovia é municipal, federal ou estadual.

Deputado Kennedy Nunes (Aparteante) - Corroborava o pronunciamento do deputado, mas entende que o atual governador Eduardo Pinho Moreira, por ser da região sul, vai providenciar solução para os problemas.

Deputado Fernando Coruja (Aparteante) - Não concorda com a opinião do deputado Kennedy Nunes, afirmando que o ex-governador Raimundo Colombo, era de Lages, mas que a população lageana não percebeu mudanças importantes na cidade. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partidos Políticos

Partido: PMDB

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Orador) - Ocupa a tribuna para contestar a fala do deputado Kennedy Nunes em relação ao ex-governador Raimundo Colombo, quando se dizia que tudo era uma maravilha, e na verdade estava um caos. Exemplifica a rodovia da serra do Rio do Rastro, e acredita que o atual governador, Eduardo Pinho Moreira, encontrará a solução para resolver a questão da mencionada rodovia, pois é uma via importante para o desenvolvimento da região, principalmente no quesito turismo. Em tempo, indaga desde quando a rodovia Jorge Lacerda está em péssimas condições.

Também, questiona que em apenas 15 dias de governo o estado ficou ruim e com todos os problemas, mas que nos sete anos do ex-governador não havia buracos nas rodovias. E, ao mesmo tempo, percebe que a tribuna virou palanque de campanha eleitoral.

Enaltece a verdadeira gestão pública na área de segurança pública que está havendo sob o comando do coronel Araújo Gomes e do delegado-geral Ghizoni.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Menciona que as rodovias da região oeste do estado estão precárias. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Antes de manifestar a pauta de seu pronunciamento, faz algumas colocações, reportando-se ao mês de fevereiro de 2016, quando participou de uma reunião em Brasília, com o ministro dos Transportes e várias entidades para discutir as rodovias de Santa Catarina, ausentes os governantes catarinenses. Posiciona-se não defender quaisquer

que sejam, posto que tais cargos imponham responsabilidade.

Faz alusão à data de 1º de maio de 2018, Dia Internacional do Trabalho, citando o pensamento de Augusto Spies, diretor do jornal *Diário dos Trabalhadores*, um dos quatro líderes do jovem movimento operário dos Estados Unidos, sentenciados à morte em 1886.

“Se acreditais que enforcando-nos podeis o movimento operário. Esse movimento constante em que se agitam milhões de homens que vivem na miséria, os escravos do salário; se esperais salvar-vos e acreditais que os conseguireis enforcai-nos! Então vós encontrareis sobre o vulcão, e daqui e de lá e debaixo e ao lado de todas as partes surgirá a revolução. É um fogo subterrâneo que mina tudo.”

Salienta que tal pensamento permanece até os dias atuais, especificamente difundido pelo Michel Temer: direitos retirados; Constituição Federal aniquilada e o patrimônio brasileiro entregue a estrangeiros, desemprego e fome.

Diante de tal situação, faz um convite aos trabalhadores e trabalhadoras a participarem, na próxima terça-feira, do grande ato unificado em Curitiba, movimento promovido pelas sete centrais sindicais, em solidariedade ao ex-presidente Lula de denúncia internacional e da pauta conjunta de revindicação de seus direitos.

Por fim, cita a mensagem proferida por Lula “Não adianta tentar acabar com minhas ideias, elas já estão pairando no ar!” *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PSDB

DEPUTADO SERAFIN VENZON (Orador) - Lembra que o prazo para apresentar a declaração do Imposto de Renda acaba este mês, e renova a todos o pedido para que não esqueçam de destinar 3% do imposto devido ao FIA - Fundo Especial para Infância e Adolescência, seja municipal ou estadual.

Enfatiza que o momento é oportuno para investir na educação das crianças e adolescentes, uma vez que o valor do Imposto de Renda devido terá que ser pago, então não concebe melhor destinação para esta parcela do imposto do que investir nos jovens catarinenses.

Apela e todos para que tenham este gesto tão simples, mas tão significativo e proveitoso, solicitando aos senhores contadores que informem aqueles que usam os seus escritórios da possibilidade dessa destinação ao FIA.

Deputado Dr. Vicente Caropreso (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela importante lembrança, e informa que na qualidade de presidente da comissão de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente visitou o CRC, solicitando a divulgação, bem como a Fiesc, para que houvesse a lembrança dessa oportunidade a todos. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PSD

Deputado Milton Hobus (Orador) - Menciona que se vive um momento de muita instabilidade e desconfiança no estado catarinense.

Registra a visita à Alesc, de empresários que estão com as empresas fechadas, em função de medidas adotadas que aumentam a carga tributária das indústrias e empresas que geram emprego e renda ao estado.

Destaca o grande legado do governo Raimundo Colombo para Santa Catarina, ressaltando a criação em seu governo do Pró-emprego, e que iniciou o programa de incentivo atraindo investimentos empresariais criando o Polo de importação.

Critica a Medida Provisória n. 220/2018 e o Decreto n. 1541/2018, assinados pelo atual governador Eduardo Pinho Moreira, que reduz a alíquota do ICMS de 17% para 12%, porque na prática aumenta a carga tributária. Alerta que vai gerar desemprego, afetar a cadeia produtiva do comércio, penaliza o varejista, e por consequência o consumidor.

Encerra apelando ao governo estadual e a sua equipe, que revogue a medida provisória e o decreto que assinou. Solicita apoio aos colegas deputados para que votem pela inadmissibilidade da medida provisória em Plenário, pois não se pode prejudicar o povo catarinense.

Deputado Gelson Merisio (Aparteante) - Corroborar o pronunciamento do deputado Milton Hobus, esclarecendo à população que o governo está vendendo uma imagem de redução de carga tributária mentirosa.

Deputado Dr. Vicente Caropreso (Aparteante) - Concorda com o pronunciamento do deputado Milton Hobus, dizendo que a cadeia de produção não aguenta mais aumento de carga tributária. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Suspende a sessão, por até 10 minutos, para que possam usar a tribuna as sras.: Noemia Bonamigo, vice-prefeita do município de Capinzal e Giana Carla Martins, diretora da Escola de Educação Básica Mater Dolorum, de Capinzal, e também o sr. Nilvo Dorini, prefeito municipal de Capinzal, a fim de falar sobre a Semana Pedagógica, evento de formação da área da educação. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0348/2016, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, que altera a Lei nº 10.501, de 1997, que "Dispõe sobre normas de segurança para o funcionamento de estabelecimentos financeiros e dá outras providências", para o fim de disciplinar a dispensa da revista por portas eletrônicas de segurança individualizada.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0361/2016, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, que institui a reserva de vagas para vigilantes do sexo feminino nos contratos celebrados pela Administração Pública estadual, nas áreas de segurança, vigilância e transportes de valores, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0568/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, que institui o mês Fevereiro Lilás, dedicado à prevenção da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Saúde; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0549/2017, de autoria do deputado Aldo Schneider, que declara de utilidade pública a Associação de Agricultores Arroio Palmital, de Vitor Meireles.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0038/2018, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera o art. 34-A da Lei nº 12.854, de 2003, que "Institui o

Código Estadual de Proteção aos Animais", para o fim de excluir a terminologia cavalos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja e Darci de Matos.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0268/2016, de autoria do deputado Roberto Salum, que dispõe sobre a obrigação dos "Pet Shops", Clínicas Veterinárias e Hospitais Veterinários informarem à Polícia Ambiental de Santa Catarina fatos e situações com indícios de maus-tratos aos animais por eles atendidos, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Segurança Pública, e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Fernando Coruja.

A Presidência, por solicitação do sr. deputado Fernando Coruja e com aquiescência das lideranças partidárias, retira a matéria de pauta.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0553/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que inclui no calendário oficial de eventos do estado de Santa Catarina a Festa Estadual da Erva-Mate (Fesmate), no município de Canoinhas.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0062/2018, de autoria do deputado Mário Marcondes, solicitando ao secretário de Turismo informações acerca dos materiais esportivos adquiridos pela Fesporte entre os anos de 2015 e 2017 destinados às associações, prefeituras, unidades escolares e instituições congêneres.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0096/2018, de autoria do deputado Valmir Comin, cumprimentando a Diretoria do Rotary Club de Criciúma pela passagem dos 70 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0097/2018, de autoria do deputado Pe. Pedro Baldissera, manifestando ao Governador do Estado e ao Presidente da Cidasc, apelo a imediata contratação dos aprovados no concurso público da Cidasc - Edital nº 001/2016.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção 0098/2018, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro, manifestando ao Presidente da República, indignação e contrariedade ao baixo percentual de transferência de recursos da união para o estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0337/2018, de autoria do deputado Cesar Valduga, solicitando ao ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, informações acerca da sentença da 4ª Vara Federal de Florianópolis na Ação Civil Pública nº 5005741-56.2016.4.04.7200/SC, proposta pelo Ministério Público Federal contra a União. (emissão de carteira de pescador profissional)

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0342/2018, de autoria do deputado Ricardo Guidi, solicitando ao presidente do Deinfra, informações acerca da situação em que se encontra a obra de pavimentação asfáltica no trecho compreendido entre os municípios de Fraiburgo e Frei Rogério (Rodovia Estadual SC 451/FB 030), obra esta contemplada no PPA 2016/2019.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0336/2018, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0338/2018 e 0339/2018, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0340/2018,

de autoria do deputado Valdir Cobalchini; e 0341/2018, de autoria do deputado Pe. Pedro Baldissera.

A Presidência comunica ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0238/2018 e 0239/2018, de autoria do deputado Mário Marcondes; 0240/2018, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; e 0241/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Coordenadora Carla]

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Ao cumprimentar alguns prefeitos que se fazem presentes na Casa, que vêm em busca de soluções para seus municípios, porém não há recursos do Fundam para ajudá-los, afirma que agora o BNDES, banco público, financia privatizações. Contesta o governo federal por entregar empresas brasileiras a grandes grupos estrangeiros, e frisa que o PT não concorda com tal atitude.

Soma-se às falas anteriores relacionadas à estrutura das rodovias catarinenses e da necessidade de obras urgentes, como as de tapar buracos para evitar acidentes. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Menciona o recebimento do relatório anual 2017 da União dos Escoteiros do Brasil, região Santa Catarina, manifestando o honroso compromisso com os escoteiros no Legislativo, parabenizando o diretor-presidente Celso Thadeu Carneiro de Menezes.

Divulga o convite da Fecam para participar da Mobilização Regional dos Produtores de Alho, na presente data, no município de Curitiba, reivindicando a renegociação da dívida. Apresenta solidariedade à classe representativa e compromisso para resolver a referida questão.

Informa que pleiteou na Casa Legislativa, por solicitação dos aprovados no concurso da secretaria da Educação, conforme Edital n. 2271/2017, o chamamento dos demais aprovados no referido concurso, solicitando resposta do secretário da Casa Civil, Luciano Veloso Lima e do secretário da Educação, Eduardo Deschamps, e enfatiza que a indicação brevemente será atendida.

Destaca também que recebeu resposta da comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal da moção de sua autoria, para alterar a Lei n. 10.826 de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de armas aos agentes de segurança sócio-educativos.

Por fim, homenageia o sr. Ivo Antônio Giacometti, de Campo Erê, parabenizando-o pela ascensão a Governador do Distrito LD-8 do Lions Clube. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Apresenta números, surpreendendo-se com o

elevado índice de jovens, entre 16 e 24 anos, que ainda não são eleitores, isto é, aproximadamente 377.000 catarinenses nesta faixa etária não tem o título de eleitor.

Lamenta que estas pessoas que supostamente pedem a mudança, que sempre estão atentos e criticando a situação política e econômica do país nas redes sociais, não tenham a capacidade de efetivamente serem protagonistas da mudança, porque lhes falta o documento hábil para tal.

Alerta para a importância de campanhas esclarecedoras, conclamando os jovens a fazerem os seus títulos de eleitor e, assim, poderem expressar seu desejo nas urnas, caso contrário, o panorama político tende a permanecer o mesmo.

Apresenta vídeo, mostrando a Serra Dona Francisca e elencando as dificuldades que aqueles que lá trafegam encontram, como falta de manutenção das placas e iluminação insuficiente. Entretanto, acredita que muitos acidentes aconteçam porque a serra é realmente perigosa, necessitando de maior cautela dos motoristas. Neste sentido, fala da importância de um heliponto, naquela área, para agilizar o socorro de possíveis vítimas. Apresenta depoimento de Joerg Kaulich, do Deinfra, sobre o assunto, e registra que empresários, depois de verem o seu vídeo nas redes sociais, se sensibilizaram e prometeram doar o heliponto para uso da Polícia Militar. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Elogia o deputado Kennedy Nunes, pelo tema do seu pronunciamento.

Faz menção ao Projeto de Lei n. 0103/2018, de sua autoria, que solicita a Secretaria do Estado da Saúde, apresentar plano de ação para atender as pessoas que estão esperando atendimento na fila do SUS. Justifica seu pedido alegando que os pacientes não podem ficar esquecidos no arquivo da lista de espera do posto de saúde. Cita que o governador Eduardo Pinho Moreira, afirmou que na sua administração a prioridade seria a área da saúde.

Comunica que vai encaminhar à Casa um Pedido de Informação, solicitando a Secretaria da Saúde informações sobre o valor repassado pelo governo federal para a realização de cirurgias eletivas, também qual o valor que o estado destinará em 2018 para a realização dos procedimentos e, também quantas cirurgias foram realizadas por mês no ano de 2017.

Finaliza comentando com indignação que a fila do SUS para atendimento e processos cirúrgicos, nunca esteve tão parada no estado de Santa Catarina, avaliando ser necessário tomar providências urgentes para resolver a questão. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. [Taquígrafa: Ana Maria].

ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Carlos Chiodini - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - João Amin - José Milton Scheffer - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputada Dirce Heiderscheidt
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT
(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador)

- Ao parabenizar os municípios catarinenses que aniversariam na presente data, discorre sobre a cidade de Forquilha, onde tem domicílio, destacando-a como encantadora, em pleno desenvolvimento e munícipes cidadãos envolvidos para que cresça ainda mais.

Reporta-se à data 1º de maio, Dia do Trabalho, criado em 1889, na França, para celebrar as conquistas dos trabalhadores nas lutas sindicais ocorridas em Chicago. No Brasil a mencionada data consolidou-se na Era Vargas, início da industrialização e os movimentos sindicais começavam a se organizar devido à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, promulgada por Getúlio Vargas e com a criação do Ministério do Trabalho.

Alude que na atual globalização os movimentos dos trabalhadores se fortalecem porque para onde vai o capital produtivo, o trabalho vai atrás, o que gera novas classes de trabalhadores, bem como novas oportunidades de empregos e condições de trabalho digna.

Destaca a competência do ex-ministro Manoel Dias no Ministério do Trabalho, informando que o Brasil liderou a geração de empregos, pois havia o compromisso inalienável do PDT para com os trabalhadores. E, atualmente, no governo Temer, a pasta se tornou um balcão de negócios, e segundo pesquisas feitas, temos mais de três milhões de desempregados. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Faz menção ao Dia Mundial do Livro, comemorado na presente semana, mencionando a ilustre frase do escritor Monteiro Lobato: "Um país se faz com homens e livros". Destaca ações pontuais realizadas na celebração, como palestras, sobre literatura e cidadania em alguns municípios do estado e escolas no sul do estado, propiciando às crianças debaterem literatura e política, apresentando imagens para ilustrar tais momentos. Defende com veemência a literatura

ou os livros como instrumento para a grande saída do Brasil, uma vez que a leitura oferece, não apenas momento de prazer, mas realização pessoal ou prática educativa, pois existe um processo nas escolas oportunizando aos alunos desenvolverem o hábito da leitura, conseqüentemente libertando-os para ações pensadas e responsáveis.

Acrescenta ainda que a leitura ajuda na amplitude de ideias, conceitos, refutar, ratificar, entender os sentimentos e, inclusive, surpreender, conforme citação do crítico literário, Harold Bloom: "A literatura ascende a chama do intelecto". Reforça tal posição, citando a posição de Roland Barthes: "Todas as ciências estão presentes no mundo literário."

Salienta que a Casa Legislativa contribuiu expressivamente no que diz respeito à literatura, quando aprovou a Lei 15.019, de 22 de dezembro de 2009, à disposição dos catarinenses, criando o Programa de Incentivo à Produção Literária e Cultural. Reforça que a referida lei representa estímulo à publicação de livros, gerando oportunidade aos autores carentes de recursos e de apoio. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador) - Comenta sobre os problemas com o abastecimento do milho no estado de Santa Catarina, e cita a reportagem do DC, com a manchete intitulada 'Escassez ameaça setor da carne', parabenizando pela relevância da matéria.

Explica que no ano anterior houve uma supersafra do milho, mas, pela falta de infraestrutura para armazenagem, o produtor precisou vender por baixo preço, o que desestimulou alguns agricultores. Registra que, atualmente, o déficit do produto no estado chega a 50%, e alerta sobre a importância de encontrar uma solução para este desabastecimento, sugerindo que o milho do centro-oeste seja direcionado para o estado catarinense e não para exportação, como está acontecendo no momento.

Declara que a rota do milho é algo incompreensível, porque o Brasil exporta o produto e depois tem que importar, desta forma, alerta para a importância de uma logística que reúna o governo, os produtores e os consumidores na busca de uma solução para o problema. Também ressalta que, pela situação, alguns produtores de carne vendem os seus produtos com prejuízo para as indústrias, o que está desestimulando a permanência na atividade, acarretando outros problemas sociais às comunidades e às famílias que deixam o campo.

Apela aos Parlamentares para que sejam reunidos governo, segmentos envolvidos, isso é, setores de produção e de consumo, e se encontre uma política, um planejamento, que as soluções não apareçam apenas quando a crise já está instalada, trazendo alto custo e desabastecimento. [Taquígrafa: Sara]

Partidos Políticos

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE

CAROPRESO (Orador) - Faz referência ao cultivo da banana, uma das frutas mais apreciada pelos brasileiros e mais consumida no mundo inteiro. Cita que a cidade de Corupá realiza um trabalho muito interessante e forte, trabalham com o cooperativismo como aliado, no sentido de melhorar a produção e os meios de comercialização. Menciona que é mais produzida no norte catarinense e vale do Itajaí.

Destaca que atualmente a fibra da sua casca, está sendo muito usada para a confecção de artesanato, inclusive para linha em escala de produção industrial.

Parabeniza o prefeito da cidade de Corupá, e a Eliane Cristina Müller, diretora executiva da Associação dos Bananicultores, que concentra e gerencia todo o trabalho, e que receberá através do pedido que solicitou à Secretaria da Agricultura, um estudo diferenciado do produto, para desenvolvimento ainda maior do empoderamento do agricultor, preconizando a sucessão familiar, agregando valor à fruta, e inserindo a mesma como instrumento de turismo no estado catarinense.

Finaliza reverenciando o trabalho realizado pelos produtores, dirigentes das cooperativas regionais e da população. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) -

Demonstra preocupação em relação à situação dos trabalhadores brasileiros da área de frigoríficos, em função dos embargos da União Europeia a carnes brasileiras que poderá afetar também produtores catarinenses de aves, ocasionando mais desemprego, bem como problemas na economia local de alguns municípios do estado. Assim, solicita que o governo federal tome medidas urgentes para solucionar o quanto antes a questão do embargo. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT (Presidente) - A Presidência suspende a sessão, por tempo necessário, para que os srs.: Acir Alfredo Hack, procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, em Santa Catarina, explique sobre a campanha 'Abril Verde'; na sequência, Eduardo Medeiros Piaza e Gilmar Luiz Espanhol, presidente da Seagro e o coordenador estadual do Sindasp, respectivamente, façam sua manifestação; e ainda, o sr. André Gaidzinski, vice-presidente da Facisc, discorra divulgando a edição da Expogestão 2018.

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT (Presidente) - Reabre a sessão e, por término do horário regimental, encerra-a, convocando outra, solene, para a presente data, às 19h, no município de São Bento do Sul, em comemoração dos 40 anos de Fundação do Grupo Folclórico Germânico Bohmerwald. [Taquígrafa: Sílvia].

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e dezoito, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reunião das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Valdir Cobalchini e com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, referente à 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes Deputados: Neodi Saretta, Cesar Valduga, Ricardo Guidi e o Deputado Patricio Destro substituindo o Deputado João Amin. O senhor Deputado Marcos Vieira e a senhora Deputada Ada De Luca justificaram suas ausências. Havendo quórum regimental, o senhor **Presidente** deu início à reunião cumprimentando todos os senhores Deputados. Ato contínuo apresentou as sinopses das seguintes correspondências: **Ofício Circular nº 0006/2018/CGP** do Gabinete da Presidência; **Ofício Circular nº 008/2018** que traz o Calendário Especial das Sessões Ordinárias, aprovado pela Mesa; **Ofício nº 43/2018** da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, encaminhando o Relatório Anual de 2017. Dando continuidade, o senhor **Presidente** passou a palavra ao senhor **Deputado Ricardo Guidi**, que relatou a seguinte proposição: **PL 0268.5/2016**, de autoria do Deputado Roberto Salum, que "Dispõe sobre a obrigação dos "Pet Shops", Clínicas Veterinárias e Hospitais Veterinários informarem à Polícia Ambiental de Santa Catarina fatos e situações com indícios de maus-tratos aos animais por eles atendidos, e adota outras providências", que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o senhor **Presidente** passou a palavra ao senhor **Deputado Cesar Valduga**, que relatou seguinte proposição: **PL 0553.7/2017**, de autoria do Deputado Antonio Aguiar, que "Inclui no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina a Festa Estadual da Erva-Mate (FESMATE), no Município de Canoinhas", que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. A seguir, o senhor **Presidente** relatou a seguinte proposição: **PL 0038.4/2018**, de autoria do Deputado Darci de Matos, que "Altera o art. 34-A da Lei nº 12.854, de 2003, que "Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais", para o fim de excluir a terminologia cavalos", que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o senhor **Presidente** colocou em discussão e votação os seguintes requerimentos: requerimento de autoria da Deputada Ana Paula Lima, solicitando aprovação para realização do IX Seminário Catarinense de Controle de Zoonoses, Manejo Populacional de Animais Domésticos, Educação Humanitária e Bem-estar Animal, que acontecerá no dia 19 de maio de 2018 (sábado), das 07 às 19 horas, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart. Wright, nesta Casa Legislativa, que foi aprovado por unanimidade; requerimento do Deputado Padre Pedro Baldissera, na condição de Presidente do Fórum do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais, propondo parceria desta Comissão e participação da Escola do Legislativo para a realização de Seminário, abordando a temática "Bioma da Mata Atlântica e Água", nas seguintes datas e respectivos municípios catarinenses: 20 de abril em Caçador e 24 de abril em Lages,

que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor **Presidente** agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, secretária de Comissão, Michelli Burigo Coan da Luz, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Valdir Cobalchini
Presidente

* * *

EXTRATOS

EXTRATO Nº 049/2018

REFERENTE: 06º Termo aditivo celebrado em 18/04/2018, referente ao Contrato CL nº 013/2013-00, celebrado em 13/05/2013.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Central Floripa de Impressão Digital Ltda.
OBJETO: O presente termo aditivo têm por finalidade dissolver o contrato 013/2013-00 que tinha como objeto a confecção e fornecimento de banners, faixas e adesivos para atender as necessidades da Coordenadoria de Eventos da ALESC.
JUSTIFICATIVA: O distrato tem como motivação o desinteresse da Contratada no fornecimento do material requisitado em face do baixo custo operacional do objeto contratado, aliado ao vencimento do contrato que acontecerá no próximo dia 13/05/2018.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 79, inciso II, c/c § 1º, da Lei nº 8.666/93; Item 4.1 do contrato original; Atos da Mesa nºs. 128/2015, 131/2016 e 101/2017 e; Autorização Administrativa através do Despacho no Ofício CL 186/2018.
Florianópolis/SC, 25 de abril de 2018
Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor-Geral
Rafael Schmitz - Diretor Administrativo
Reginaldo Evaristo Antonio - Sócio

EXTRATO Nº 050/2018

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 001/2018 oriunda do Pregão Presencial CL nº 002/2018.
OBJETO: Aquisição de Tablets para atender as necessidades da ALESC.
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (13 de abril de 2018).
FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei 8.666 de 21/06/1993 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, no Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013, no Ato da Mesa nº 214 de 05/11/2007, nos Atos da Mesa nº 128 de 27/02/2015, nº 131 de 09/03/2015 e 101/2017, na Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 138 de 10/11/2017, além das demais disposições legais aplicáveis, dispostas no Edital de Pregão Presencial nº 002 de 15/02/2018.

Ord.	Qtde.	Und.	ITEM ÚNICO PRODUTOS	VALOR (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	50	peça	Tablet Modelo Ipad 9.7 • Tela de retina c/ tecnologia <i>touch screen</i> multitouch, de 9,7", com resol. de 2048 x 1536 pixels; • Processador Apple A9 arquitetura de 64 bits, • Armazenamento interno de no mínimo 128 Gb eMMC ou NVME; • Interface para cartão nano SIM 4G, dual band 2,4 GHz e 5 GHz; • Câmera traseira com resolução mínima de 8.0 Megapixel; • Câmera frontal com resolução mínima de 1.2 Megapixel; • Microfone e auto-falante embutidos no gabinete; • Dispositivo de GPS; • Interface wireless 802.11 a/b/g/n/ac 2.4G+5GHz; • Tecnologia Bluetooth 4.2; • Peso máximo de 0,488 Kg; • Espessura máxima de 7,5 mm; • Sistema Operacional IOS 11 • Bateria interna com autonomia de até 10 horas em uso; • Fonte de alimentação/carregador de bateria operando de 100 a 240 VAC de entrada, 60 Hz; • Capa de proteção original Apple; • Cor predominante Prata; • Garantia On-site de 12 meses	4.100,00	205.000,00

1ª REGISTRADA: Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda.
Endereço: Rua Ioneji Matsubayashi, nº 1351, São Paulo, SP, CEP 08260-050,
fone/fax (51) 3564-8300- Ramal 8518
correio eletrônico: licitações@iplacorp.com.br
CNPJ/MF nº 89.237.911/0162-25
Florianópolis, 26 de abril de 2018
Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor-Geral
Felipe Cesar Martins - Diretor de Tecnologia e Informações
Vinicius da Silva - Procurador

EXTRATO Nº 051/2018

REFERENTE: Contrato CL nº 010/2018-00, celebrado em 23/04/2018.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Zaneli Serviços Elétricos Ltda.
OBJETO: Aquisição e instalação de materiais para reforma/adequação da subestação de energia, necessários para execução do Projeto aprovado pela CELESC.
VALOR GLOBAL: R\$ 29.400,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e alterações, que regulamenta o art. 37, XXI da CF/1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar 123 de 14/12/2006; Atos da Mesa nº 101 de 14/02/2017; nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2016; Autorização para Processo Licitatório nº 010 de 22/02/2018, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e; Edital de Pregão Presencial nº 11 de 16/04/2018.
Florianópolis/SC, 26 de abril de 2018
Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor-Geral
Rafael Schmitz - Diretor Administrativo
Odimar Zanela dos Santos - Sócio

EXTRATO Nº 052/2018

REFERENTE: Termo de Cooperação Técnica nº 013/2018 celebrado em 10/04/2018
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Secretaria de Estado da Administração
OBJETO: Aprimorar, de modo expresso e efetivo, a gestão patrimonial dos PARTÍCIPES e a gestão de pessoas envolvidas nas atividades de vigilância, objetivando a preservação e a incolumidade de bens do Estado de Santa Catarina.
VIGÊNCIA: 60 meses a contar da data de assinatura
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o Decreto nº 127, de 30 de março de 2011.
Florianópolis, 26 de abril de 2018.
Aldo Schneider - Presidente da ALESC
Milton Martini - Secretário de Estado da Administração

EXTRATO Nº 053/2018

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 004/2018 oriunda do Pregão Presencial CL nº 008/2018.
OBJETO: Aquisição de material de infraestrutura de redes de computação para manutenção do parque existente e instalação do prédio adquirido.
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (23 de abril de 2018).
FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520 de 17/7/2002, na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, nos Decretos Federais nº 7.892 de 23/01/2013 e nº 8.250 de 23/05/2014, nos Atos da Mesa nº 214 de 05/11/2007 (art. 8º), nº 101 de 14/02/2017; nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2016, na Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 009/2018 e demais disposições legais aplicáveis, todas dispostas no Edital de Pregão Presencial nº 008 de 03/04/2018.

LOTE 02						
ITEM	QTDE	UNID	PRODUTO	MARCA MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
11	100	peça	Etiqueta Brady M21 - Black on White Self Lam Vinyl 1.50", 38,1mm. - Part. number: M21-1500-427	Brasy M21 - 1500-427	R\$ 228,00	R\$ 22.800,00
VALOR TOTAL DO LOTE 2:						R\$ 22.800,00
LOTE 03						
ITEM	QTDE	UNID	PRODUTO	MARCA MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
12	3	peça	Rack totalmente desmontável - Possui Capacidade para 44U, 19" - Atende as especificações ANSI/EIA RS-310-D, IEC 297-2, D/N41494 - Grau de proteção IP20 - Estrutura em aço 1,5 de espessura - O equipamento é totalmente desmontável para facilitar a montagem e o transporte - Porta frontal com moldura em aço 1,2 mm, visor em vidro temperado 4,0 mm, com opção de reversão do sentido de abertura da porta, com fechadura tipo cilindro, com ângulo de abertura da porta de 180º - Porta traseira em aço 1,2 mm, com fechadura tipo cilindro, com ângulo de abertura da porta de 180º - As tampas laterais são lisas, removíveis, e fabricadas em aço 1,2 mm Fechamento através de fechos rápidos tipo gaveta, com opção de adicionar fechaduras tipo cilindro - As fechaduras são tipo cilindro e possuir duas chaves para cada porta - Teto em aço 1,2 mm com perfuração tipo colmeia, preparado para instalação de kits de ventilação forçada tipo bandeja com 2 ventiladores; - Tem passagem de cabos com tampa modular fechada com parafusos, para que quando não utilizada, não haja ingresso de objetos indesejados no interior do rack - Planos (frontal e traseiro) com numeração de Us - Entrada e saída de cabos pelo teto ou pela base - Teto com preparação para instalação de ventiladores - Base em aço 1,2 mm, preparada para a instalação de rodas e pés niveladores simultâneos que devem ser fornecidos no conjunto do rack - Contem indicações de 1 a 44 U, serigrafadas nos planos de montagem frontal e traseiro - Planos de montagem 19":	IP METAL	2.905,00	8.715,00

		- Planos em aço 2 mm, galvanizados e anti-estáticos - Possui 1 par de planos frontais e 1 par de planos traseiros, reguláveis em profundidade - O Rack deve possuir terminais de aterramento - Suportar uma carga estática de até 800 kg - 2 (duas) guias verticais com tampa dispostas uma de cada lado para acomodação de cabos - Tem dimensões de 750 x 800 mm (largura x profundidade)		
VALOR DO TOTAL DO LOTES			R\$8.715,00	

1ª REGISTRADA: Delta Cable Ltda.

Endereço: Rua Professora Ana de Oliveira Viana, nº 184, Curitiba/PR, CEP 81030-200

fone/fax (48) 3028-5797/9.9621-7591

correio eletrônico: Leandro@deltacable.com.br

CNPJ/MF nº 00.111.511/0001-80

Florianópolis, 27 de abril de 2018

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Felipe Cesar Martins- Diretor de Tecnologia e Informações

Luiz Henrique Rosa- Procurador

* * *

EXTRATO Nº 054/2018

REFERENTE: 01º Termo aditivo celebrado em 10/04/2018, referente ao Contrato CL nº 046/2017-00, celebrado em 01/06/2017.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Guia Veículos Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo têm por finalidade prorrogar a vigência do Contrato 046/2017-00 para um prazo de mais 12 (doze) meses, mais precisamente para o período compreendido entre 01/06/2018 e 31/05/2019.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quarta, item 4.1 do contrato original; Item 3.1 do anexo I do Edital de Pregão 005/2017; Atos da mesa nºs.128/2015, 131/2016 e 101/2017 e; Autorização Administrativa através da Declaração nº 010/CEO-DF/2018.

Florianópolis/SC, 27 de abril de 2018

Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor-Geral

Rafael Schmitz - Diretor Administrativo

Michel Evandro do Carmo Barbosa Lima - Sócio

* * *

LEI

LEI Nº 17.514, DE 24 DE ABRIL DE 2018

Institui o Programa Catarinense de Parcelamento de Débitos Fiscais (PPDF) e estabelece outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição do Estado, adotou a Medida Provisória nº 216, de 30 de novembro de 2017, e, nos termos do disposto no § 8º do art. 315 do Regimento Interno, eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Por autorização do Convênio ICMS 158, de 23 de novembro de 2017, do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), fica instituído o Programa Catarinense de Parcelamento de Débitos Fiscais (PPDF), destinado a promover a regularização de débitos tributários inadimplidos relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) e ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) com redução de multas e juros, observadas as condições e os limites estabelecidos nesta Lei.

§ 1º Poderão ser objeto do PPDF os débitos de ICM e ICMS cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2016, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados.

§ 2º A concessão dos benefícios previstos no PPDF fica condicionada:

I - ao recolhimento, na forma e nos prazos previstos no art. 2º desta Lei, do valor integral do débito, sendo facultado seu parcelamento em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas;

II - à desistência, nos respectivos autos judiciais, de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, ou à desistência de impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo, envolvendo a totalidade dos créditos tributários objeto do PPDF, correndo por conta do sujeito passivo as despesas processuais e os honorários advocatícios;

III - à quitação integral pelo sujeito passivo das custas e demais despesas processuais; e

IV - à desistência pelo advogado do sujeito passivo da cobrança de eventuais honorários de sucumbência do Estado.

Art. 2º Os débitos de que trata esta Lei terão os valores relativos a juros e multa reduzidos:

I - tratando-se de débitos cujos montantes totais decorram exclusivamente de multa, juros ou ambos:

a) em 60% (sessenta por cento), no caso de pagamento integral do débito até 18 de dezembro de 2017;

b) em 55% (cinquenta e cinco por cento), no caso de pagamento integral do débito até 27 de dezembro de 2017;

c) em 50% (cinquenta por cento), no caso de pagamento integral do débito até 31 de janeiro de 2018;

d) em 45% (quarenta e cinco por cento), no caso de pagamento integral do débito até 28 de fevereiro de 2018;

e) em 50% (cinquenta por cento), no caso de pagamento da primeira parcela até 18 de dezembro de 2017;

f) em 45% (quarenta e cinco por cento), no caso de pagamento da primeira parcela até 27 de dezembro de 2017;

g) em 40% (quarenta por cento), no caso de pagamento da primeira parcela até 31 de janeiro de 2018; ou

h) em 35% (trinta e cinco por cento), no caso de pagamento da primeira parcela até 28 de fevereiro de 2018; e

II - nos demais casos:

a) em 90% (noventa por cento), no caso de pagamento integral do débito até 18 de dezembro de 2017;

b) em 80% (oitenta por cento), no caso de pagamento integral do débito até 27 de dezembro de 2017;

c) em 75% (setenta e cinco por cento), no caso de pagamento integral do débito até 31 de janeiro de 2018;

d) em 60% (sessenta por cento), no caso de pagamento integral do débito até 28 de fevereiro de 2018;

e) em 75% (setenta e cinco por cento), no caso de pagamento da primeira parcela até 18 de dezembro de 2017;

f) em 70% (setenta por cento), no caso de pagamento da primeira parcela até 27 de dezembro de 2017;

g) em 65% (sessenta e cinco por cento), no caso de pagamento da primeira parcela até 31 de janeiro de 2018; ou

h) em 55% (cinquenta e cinco por cento), no caso de pagamento da primeira parcela até 28 de fevereiro de 2018.

§ 1º Em caso de parcelamento deverá ser observado o seguinte:

I - a dispensa da multa e dos juros será apropriada proporcionalmente ao recolhimento efetivado nos termos dos incisos I e II do *caput* deste artigo;

II - sobre as parcelas vincendas, a partir da segunda, aplica-se o disposto no § 1º do art. 69 da Lei nº 5.983, de 27 de novembro de 1981, até a data do efetivo recolhimento de cada prestação; e

III - o pedido de parcelamento somente será deferido após a comprovação do pagamento da primeira prestação até o respectivo vencimento e será sumário, independentemente do seu valor, não se aplicando o disposto no § 3º do art. 64 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado de Santa Catarina (RICMS/SC-01), aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001, nem o disposto no § 1º do art. 3º e no art. 3º-A do Decreto nº 819, de 20 de novembro de 2007.

§ 2º A adesão ao PPDF, que deverá ser efetuada eletronicamente no sítio da internet www.sef.sc.gov.br:

I - dar-se-á de forma automática com o recolhimento integral do débito ou da primeira parcela, dentro do prazo fixado nos incisos do *caput* deste artigo, observado o disposto no inciso III do § 1º deste artigo;

II - implica a manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal;

III - independe de apresentação de garantia, ressalvados os créditos tributários garantidos na forma do inciso II deste parágrafo; e

IV - não dispensa o sujeito passivo do pagamento de custas, emolumentos judiciais, honorários advocatícios e outros encargos incidentes sobre o valor devido.

§ 3º O parcelamento poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

I - não comprovação pelo contribuinte do pagamento de créditos tributários relativos a fatos geradores idênticos aos alcançados

pelo Convênio ICMS 158, de 2017, do CONFAZ, ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2017;

II - atraso no pagamento de 3 (três) parcelas, sucessivas ou não, ou transcurso de 90 (noventa) dias, contados do vencimento da última prestação quitada; e

III - inadimplemento do imposto devido, por prazo superior a 90 (noventa) dias consecutivos, relativo a fatos geradores ocorridos durante o período de vigência do parcelamento.

§ 4º Na hipótese de cancelamento do parcelamento, o crédito tributário objeto do PPDF será recomposto proporcionalmente ao débito remanescente do parcelamento previsto no inciso I do § 2º do art. 1º desta Lei, com incidência de juros, multas e demais encargos legais, mantendo-se a redução da multa e dos juros em relação aos valores pagos anteriormente ao cancelamento.

Art. 3º O disposto nesta Lei:

I - não confere qualquer direito à restituição ou compensação de importâncias já pagas ou compensadas anteriormente;

II - não é cumulativo com qualquer outra remissão ou anistia prevista na legislação tributária; e

III - não se aplica aos débitos objeto de contrato celebrado sob a égide do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC).

Art. 4º Os pagamentos de que trata esta Lei deverão ser feitos em moeda corrente, sendo vedada qualquer espécie de compensação prevista em qualquer outro instrumento legal.

Art. 5º O prazo previsto na legislação tributária para inscrição em dívida ativa dos créditos tributários passíveis de enquadramento no PPDF será contado a partir de 28 de fevereiro de 2018, salvo nos casos em que tal medida implicar prejuízo à exigibilidade do crédito tributário.

Art. 6º O valor devido ao Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reparcelamento (FUNJURE), instituído pela Lei Complementar nº 56, de 29 de junho de 1992, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, fica limitado a 5% (cinco por cento) do valor pago pelo sujeito passivo a título de tributo e acréscimos legais.

§ 1º Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo à parcela remanescente do débito tributário, na hipótese de o pagamento não o extinguir.

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo não abrange nem substitui honorários sucumbenciais definidos em favor do Estado decorrentes de decisões judiciais, transitadas em julgado ou cujos recursos tenham sido objeto de desistência pelo contribuinte interessado no benefício fiscal, proferidas em ações autônomas, embargos do devedor ou incidentes de exceção de pré-executividade.

Art. 7º A instituição de novo programa de parcelamento pelo Estado deverá observar o intervalo mínimo de 4 (quatro) anos, contados a partir da data da instituição do PPDF.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 24 de abril de 2018.

Deputado **ALDO SCHNEIDER**
Presidente

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 0067.5/2018

Ofício nº 050/APAE/18 Içara, 17 de abril de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Içara, referente ao exercício de 2017.

Iara Amandio Martinez
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 26/04/18

PORTARIAS

PORTARIA Nº 744, de 26 de abril de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR o servidor **GUIDO WIGGERS JUNIOR**, matrícula nº 1851, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessor de Planejamento Institucional, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARCIO WELTER, matrícula nº 6333, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 2 de maio de 2018 (GP - Diretoria Geral).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de função de confiança, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 745, de 26 de abril de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor LUIZ CARLOS DE SOUZA, matrícula nº 6433, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-68, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Maio de 2018 (MD - 1ª Secretaria).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 746, de 26 de abril de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora ADRIANA CUNHA MACHADO, matrícula nº 7262, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Maio de 2018 (Gab Dep Ismael dos Santos).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 747, de 26 de abril de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor MARCO AURELIO VIVAS FERNANDEZ, matrícula nº 6372, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-60, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Maio de 2018 (MD - 2ª Vice-Presidência).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 748, de 26 de abril de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor GLAUCO GAZOLA ZANELLA, matrícula nº 7805, de PL/GAB-89 para o PL/GAB-60, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Maio de 2018 (Gab Dep Mario Marcondes)

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 749, de 26 de abril de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor RAFAEL CAVALCANTE REIS, matrícula nº 8759, de PL/GAB-55 para o PL/GAB-56, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Maio de 2018 (Gab Dep Dr. Vicente)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————
PORTARIA Nº 750, de 26 de abril de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor THIAGO ANTUNES, matrícula nº 7770, de PL/GAB-65 para o PL/GAB-66, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Maio de 2018 (Gab Dep Dr. Vicente)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————
PORTARIA Nº 751, de 26 de abril de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor HERON MACELAI, matrícula nº 8636, de PL/GAB-34 para o PL/GAB-49, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Maio de 2018 (Gab Dep Kennedy Nunes)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————
PORTARIA Nº 752, de 26 de abril de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MARCIA REGINA LEANDRO CANUTO, matrícula nº 8185, de PL/GAB-79 para o PL/GAB-77, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Maio de 2018 (Gab Dep Kennedy Nunes)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————

PORTARIA Nº 753, de 26 de abril de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora ELISETTE SAVIO, matrícula nº 7705, de PL/GAB-62 para o PL/GAB-64, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Maio de 2018 (Gab Dep Serafim Venzon)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————

PORTARIA Nº 754, de 26 de abril de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor GILSON RODRIGO SOARES JUNIOR, matrícula nº 7014, de PL/GAB-79 para o PL/GAB-77, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Maio de 2018 (Gab Dep Serafim Venzon)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————

PORTARIA Nº 755, de 26 de abril de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor LADIMIR ANTONIO VERONESE, matrícula nº 7078, de PL/GAL-79 para o PL/GAL-73, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Maio de 2018 (Liderança do PR)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————

PORTARIA Nº 756, de 26 de abril de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR JAISON DE SOUZA, matrícula nº 8045, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-70, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 1ª Secretaria - Joinville).
Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 757, de 26 de abril de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR JOÃO CARLOS CORDEIRO, matrícula nº 8711, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Romildo Titon - Frei Rogério).
Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 758, de 27 de abril de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR NEIDE BARBOSA ROHRS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Moacir Sopelsa - Jaraguá do Sul).
Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 759, de 27 de abril de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR SOLANGE PINTO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-52, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PR - Porto União).
Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 760, de 27 de abril de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício de suas atribuições, com amparo no artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 101, de 14 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 1º do Ato da Mesa nº 128, de 27 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

AUTORIZAR a servidora **TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA**, matrícula nº 8484, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, com fundamento no art. 45, incisos II e VIII da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), para pagamento de diárias a deputados e servidores, no mês de maio do corrente ano, por conta da dotação orçamentária 1138 - Administração de Pessoal e Encargos, 339014 - Diárias Civil.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 761, de 27 de abril de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício de suas atribuições, com amparo no artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 101, de 14 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 1º do Ato da Mesa nº 128, de 27 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor **GARIBALDI ANTONIO AYROSO**, matrícula nº 8486, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Diretor Financeiro, código PL/DAS-7, com fundamento no art. 17, da Portaria nº 1015, de 26 de março de 2015, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para pagamento antecipado de combustíveis, no mês de maio do corrente ano, à conta da Ação 1144 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, na dotação 33.90.30.96 - Material de Consumo.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 762, de 27 de abril de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2083	ALTEMIR BEZ	10	4/4/2018	1184/2018
8296	JANETE TEIXEIRA	15	26/3/2018	1185/2018
4346	ELIANA BARCELOS	9	9/4/2018	1188/2018

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 763, de 27 de abril de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, tendo em vista o que consta do Processo nº 1187/2018,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, art. 63, caput e art. 69, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor VANOIR GUAREZI ZACARON, matrícula nº 1394, por 15 (quinze) dias, a contar de 4 de abril de 2018.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 764, de 27 de abril de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, tendo em vista o que consta do Processo nº 1186/2018,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, art. 63, caput e art. 69, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **MARIA CELESTE FERREIRA MONTEIRO**, matrícula nº 1389, por 15 (quinze) dias, a contar de 3 de abril de 2018.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral